

IMPACTOS DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO: O QUE SABEMOS? O QUE QUEREMOS? PARA ONDE VAMOS?



APROFURG
SEÇÃO SINDICAL ANDES/SN

Jaqueline Durigon
Eduardo Dias Forneck
Tatiana Walter
(organizadores)

**IMPACTOS DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO:
O QUE SABEMOS?
O QUE QUEREMOS?
PARA ONDE VAMOS?**

1ª edição

Rio Grande
2020

Impactos dos Projetos de Mineração: O que Sabemos? O que Queremos? Para Onde Vamos?

Projeto Gráfico e Diagramação: Everton Cosme

Editoração: Jaqueline Durigon e Everton Cosme

Organização: Jaqueline Durigon, Eduardo Dias Fomeck, Tatiana Walter - Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais (GTPAUA) da APROFURG

Foto da capa: Jaqueline Durigon

Direitos reservados: APROFURG

I34 Impactos dos projetos de mineração : o que sabemos? o que queremos? para onde vamos? / Jaqueline Durigon, Eduardo Dias Fomeck, Tatiana Walter (organizadores) - Rio Grande : Ed. do autor, 2020.
291 p.

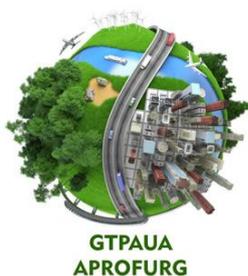
“Realização: APROFURG, GTPAUA-APROFURG”
ISBN: 978-85-61555-01-6

1. Indústria mineral - Rio Grande do Sul. 2. Impacto ambiental - Avaliação - Rio Grande do Sul. I. Durigon, Jaqueline. II. Fomeck, Eduardo Dias. III. Walter, Tatiana.

CDU 553(816.5)
CDD 574.2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário Thiago Lopes da Silva Wyse, CRB 10/2065)

Realização:



APRESENTAÇÃO

O Brasil, historicamente caracterizado como grande exportador de produtos primários, vem vivenciando nas últimas décadas um processo de reprimarização da economia. Após alguns avanços em políticas e programas de governo que visavam o desenvolvimento dos setores produtivos no sentido de agregar valor aos produtos e tecnologias internas, os planos de governo dos últimos anos voltam-se novamente a setores produtivos como a agricultura e a mineração, os quais são favorecidos pela flexibilização das leis ambientais e trabalhistas. Este cenário, aliado à crise política, institucional e socioeconômica, retrata a forma como o Estado tem pensado o desenvolvimento país: criam-se condições favoráveis a entrada de grandes empresas da economia global e direciona-se políticas e ações para o subsídio de atividades puramente exploratórias de recursos, especialmente para atender a interesses externos.

Um processo de facilitação e abertura do país aos investimentos externos foi vivido de forma mais intensa no Peru, na década de 90, no que se refere ao setor mineral. Incentivos de diversas naturezas foram dados a este setor que já tradicionalmente fomentado no país, facilitando então a instalação de inúmeros projetos de exploração de metais pesados. Apesar de não ter a tradição histórica de mineração como o Peru, o Brasil parece estar vivendo um processo semelhante, com a alteração de normas, proposição de metas de aumento na produção nacional e claro interesse político de expansão deste tipo de atividade no país. Sendo uma atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental, os projetos de mineração propostos devem, além de seguir os ritos obrigatórios do licenciamento ambiental, ser amplamente discutidos pela sociedade. É preciso analisar o histórico de (in) sucesso destes projetos em cenários amplos, como a América

Latina, assim como a nível nacional e local, avaliando tanto os impactos dos mesmos sobre os projetos de desenvolvimento em curso, quanto seus efeitos sobre a qualidade de vida da sociedade e conservação dos recursos e serviços ambientais em longo prazo, à luz do modelo de desenvolvimento preterido.

Nesse sentido, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), através do Grupo de Trabalho sobre Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais (GTPAUA), vem discutindo a pauta da mineração, tendo esta sido tratada como uma pauta central nos últimos encontros promovidos pela Secretaria Regional do ANDES RS. O destaque dado a esta temática se justifica em função da recente investida de grandes empresas estrangeiras atuantes no setor de mineração, no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de constituir um dos maiores produtores de carvão do país, o estado não apresenta uma ampla atuação no mercado minerário. Por outro lado, o Rio Grande do Sul apresenta diversas potencialidades relacionadas à produção de alimentos (agricultura, pecuária, pesca), o que por si só já traz à tona uma incompatibilidade com uma atividade potencialmente poluidora, como é o caso da mineração, neste caso, de metais pesados.

Como fruto destas discussões e entendendo o compromisso permanente das Universidades para com as demandas da sociedade, especialmente com as comunidades locais onde estão inseridas, o ANDES-SN em conjunto com a Secretaria Regional do Andes RS e as seções sindicais vinculadas - APROFURG, ADUFPEL, SEDUFSM, SESUNIPAMPA e Seção Sindical do ANDES na UFRGS - idealizaram dois seminários de forma a promover a discussão a partir da fala de diferentes atores que vivenciam, pesquisam ou atuam em espaços importantes relacionados ao tema da mineração. A compreensão e experiência acumulada por estes atores podem auxiliar no entendimento da complexidade do tema e dar subsídios à construção de estratégias de ação e mobilização institucional, social e política. Assim, o seminário

intitulado: “Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração: o que sabemos? E o que queremos?” foi promovido entre os dias 5 e 6 de Junho de 2017, em São Lourenço do Sul, e um segundo seminário intitulado: “Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração: o que sabemos? Para onde vamos?”, foi realizado entre os dias 13 a 15 de dezembro de 2018, em Rio Grande e em São José do Norte, RS. Apresente obra, fruto das contribuições de palestrantes e debatedores, participantes dos eventos.

A organização desta obra se aproxima da estrutura dos seminários, composto por mesas-redondas que abordaram a temática da mineração em distintos cenários: América Latina, Rio Grande do Sul e estudos de caso particulares dentro deste mesmo estado. Além disso, participantes debatedores com experiência nas temáticas discutidas foram convidados a colaborar com capítulos dentro de suas áreas de especialidade. Então, a obra se apresenta da seguinte forma: Parte I. Impactos da Mineração na América Latina: congrega elementos econômicos, políticos e sociais de conjuntura sobre mineração em nível global (Capítulo 1), com ênfase nos processos vivenciados na América Latina, em especial no Perú (Capítulo 2), e no Brasil, com uma análise do Plano Nacional de Mineração (Capítulo 3); Parte II. Mineração e Sociobiodiversidade no Pampa: retrata aspectos de natureza social, cultural e histórica dos povos tradicionais em territórios pretendidos pela exploração mineral no sul do Brasil (Capítulo 4), relacionando com outros processos em curso no país (Capítulo 5) e, finalmente, trazendo reflexões do ponto de vista antropológico sobre a organização das lutas em defesa do Rio Camaquã, no pampa gaúcho (Capítulo 6); Parte III. Mineração na Metade Sul do Rio Grande do Sul: apresenta os três projetos de mineração mais destacados na realidade atual da metade sul do estado, com uma análise dos aspectos cronológicos e documentais dos processos de licenciamento, além de discutir os possíveis impactos econômicos, sociais e ambientais do Projeto Caçapava do Sul (Capítulo 7),

Projeto Retiro, em São José do Norte (Capítulo 8) e Projeto Fosfato, em Lavras do Sul (Capítulo 9). Finalmente, o último capítulo trás um relato sobre os impactos dos projetos de mineração, caso sejam instalados, sobre os pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos/RS e a luta destes, que se articulou a luta dos docentes quando da realização do Seminário em 2018, por meio do "I Encontro sobre os impactos da mineração nos(as) pescadores(as) artesanais" que ocorreu de forma integrada a este (Capítulo 10).

Além dos textos que compõem esta obra, durante os seminários e a partir das discussões realizadas, foram construídas cartas, como forma de posicionamento dos atores que se fizeram presentes nos debates dos eventos, posicionando-se sobre o que querem. Os dois seminários agregaram em conjunto cerca de 600 participantes advindos de movimentos sociais, ONGs, povos tradicionais, estudantes, professores, representante dos municípios da Zona Sul, conselhos municipais, membros comunidade local e regional, os quais se organizaram em grupos afins e compuseram suas manifestações em relação os impactos dos projetos de mineração. Assim, foram construídos quatro documentos que compõem os apêndices desta obra, os quais correspondem às manifestações dos Prefeitos dos Municípios da Costa Doce, dos Movimentos Sociais e de Comunidade Acadêmica, sendo estes três referentes ao seminário de 2017, e a Carta de São José do Norte, produzida a partir do seminário realizado no final de 2018.

Jaqueline Durigon

SUMÁRIO

[Apresentação / 5](#)

[Dados dos autores / 15](#)

[Prefácio / 23](#)

[Parte 1: Impactos da mineração na América Latina / 27](#)

[Apresentação / 29](#)

[1 Atividades Minerárias: Um novo modelo é necessário / 35](#)

[1.1 A reação nos últimos anos / 40](#)

[Referências Bibliográficas / 44](#)

[2 Mamacocho e as relações do alimentar: a luta das guardiãs das lagoas contra o projeto de mineração Conga, Cajamarca, Peru / 47](#)

[2.1 Extensão do conhecimento entre mulheres / 48](#)

[2.2 A Lagoa Mamacocho / 49](#)

[2.3 O repúdio ao projeto de mineração Conga / 57](#)

[2.4 Conclusões / 58](#)

[Referências Bibliográficas / 60](#)

[3 Expropriação planejada: o Plano Nacional de Mineração 2030 / 63](#)

[3.1 Introdução / 63](#)

3.2 Contextualização institucional da exploração mineral brasileira / 63

3.3 O Plano Nacional de Mineração (PNM - 2030) / 66

3.4 Considerações finais / 75

Referências Bibliográficas / 77

PARTE 2: Mineração e sociobiodiversidade no pampa: o que está em jogo? / 79

Apresentação / 80

4 Mineração e sociobiodiversidade: sobre as ambiguidades na atuação do Estado / 86

4.1 Introdução / 86

4.2 A presença de populações tradicionais no pampa / 88

4.3 Considerações provisórias: a cultura como patrimônio / 96

Referências Bibliográficas / 97

5 “O Rio Camaquã Pedu Socorro!”: notas por uma antropologia imersa na vida / 100

5.1 Introdução / 101

5.2 O Rio é como o sangue da gente / 104

5.3 Considerações provisórias: uma antropologia da/na vida/ 110

Referências Bibliográficas / 112

6 Mineração em territórios de povos e comunidades tradicionais: os casos do norte de Minas Gerais, no bioma cerrado e do sudeste do Rio Grande do Sul, no bioma pampa / 115

6.1 O Contexto Atual da Mineração no Território Geraizeiro Vale das Cancelas, no Norte de Minas Gerais / 126

6.2 Para Concluir... Perguntando / 130

Referências Bibliográficas / 132

PARTE 3: A Mineração na metade Sul do Rio Grande do Sul / 135

Apresentação / 136

7 Projeto Caçapava do Sul: a vida no pampa em risco / 145

7.1 Caçapava do Sul: tentativas de exploração histórica e atual / 146

7.2 Caçapava do Sul: um olhar integrado à paisagem do pampa / 148

7.3 Processo de licenciamento ambiental do projeto Caçapava do Sul: do protocolo às audiências públicas / 152

7.4 As deficiências técnicas do EIA/RIMA e consequente imprevisibilidade dos riscos / 158

7.5 Considerações Finais / 161

Referências Bibliográficas / 163

8 Distopia e desenvolvimento: a Rio Grande mineração em São José do Norte / 167

8.1 Introdução / 167

8.2 Desconstruindo o desenvolvimento / 169

8.3 O novo extrativismo / 170

8.4 São José do Norte e a busca pelo desenvolvimento / 172

8.4.1 A Rio Grande Mineração e o Projeto Retiro / 174

8.5 Conclusão / 178

Referências Bibliográficas / 180

9 Reflexões sobre a mineração em Três Estradas, Lavras do Sul, RS / 184

9.1 Conhecendo um pouco de Lavras do Sul / 184

9.2 As marcas deixadas pela mineração em Lavras do Sul / 185

9.3 Essa tal de Três Estradas... / 186

9.4 O fosfato e a proposta de mineração de fosfato em Três Estradas / 188

9.5 Impactos socioambientais com a mineração em Três Estradas / 190

9.6 Exemplos de mineração de fosfato no Brasil: aprendendo com a experiência de outros municípios / 192

9.7 E o que nós sugerimos? Alternativas / 194

9.8 Falsas promessas, resistência e os próximos capítulos... / 195

Referências Bibliográficas / 198

10 Reflexões sobre a luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Rio Grande do Sul: um relato sobre o I Encontro Sobre Impactos da Mineração nos(as) Pescadores(as) Artesanais / 203

10.1 Apresentação / 203

10.2 Quem são os pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos? Porque lutam contra a mineração? / 205

10.3 Como nos encontramos? Porque lutamos juntos(as)? / 210

10.4 O quê o encontro nos proporcionou sobre o debate da mineração? / 212

10.5 Por quais motivos foi importante nos encontrar? / 214

10.6 O que destacamos do formato do encontro? / 217

10.7 O que levamos do encontro? / 219

10.8 Agradecimentos / 220

Referências Bibliográficas / 221

APÊNDICES / 223

Apêndice A - Carta do I Seminário Regional sobre os projetos de mineração: O que Sabemos? O que Queremos? / 223

Apêndice B - Cartas dos prefeitos da Costa Doce (a original encontra-se assinada) / 225

Apêndice C - Carta dos Movimentos Sociais / 227

Apêndice D - Carta da Comunidade Acadêmica / 229

Apêndice E - Carta de São José do Norte / 231

Apêndice F - Principais conflitos ambientais provocados por grandes projetos de mineração na América Latina, segundo dados de 2012, do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração / 235

Apêndice G - Conflitos socioambientais (onde consultar) / 237

Apêndice H - Parecer técnico relativo à análise do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental apresentado em três audiências públicas, entre os dias de 22 e 24 de Novembro de 2016 nos municípios de Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado / 238

Apêndice I - Parecer técnico elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, tendo em vista a concessão da Licença Prévia nº 546/2017, emitida em 14 de Junho de 2017 / 247

Apêndice J - Carta do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais/MPP no Encontro de Avaliação e Planejamento, em Olinda/PE / 290

4 MINERAÇÃO E SOCIOBIODIVERSIDADE: SOBRE AS AMBIGUIDADES NA ATUAÇÃO DO ESTADO⁸

Flávia Rieth

4.1 INTRODUÇÃO

Neste texto pretendo apresentar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira na Região de Bagé/RS⁹, destacando a solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC)¹⁰ de extensão do Inventário para os campos dobrados do Alto Camaquã. Penso que esta solicitação se constitui como uma ação de salvaguarda, entendendo que a política de identificação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial do Estado brasileiro foi apropriada pelos sujeitos que habitam o pampa, envolvidos na atividade da pecuária.

8 A primeira versão deste texto, com o título *O pampa e as populações invisibilizadas: considerações sobre o modo de vida campeiro*, foi apresentado ao Instituto Humanitas, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, em 20 de abril de 2017.

9 *A pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira na Região de Bagé/RS se constitui a partir da demanda da Prefeitura Municipal de Bagé, do financiamento e cedência da metodologia pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) e da realização pelo Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. O trabalho de campo foi executado no período de 2010 a 2012. A entrega dos Relatórios Finais, dos cinco Filmes e do CD-room Interativo foi realizada em 2013. O Inventário teve como objetivo identificar, documentar, construir conhecimento sobre a “lida campeira” para fins de registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro.*

10 Disponível em: <http://www.altocamaqua.com.br>; Acesso em: 03 jul. 2017.

Primeiramente, a demanda para ampliar o INRC Lida Campeira para os campos de pedra era a de pensar a particularidade do manejo dos animais, as nuances da relação entre animais humanos e não humanos e o ambiente, em seus efeitos na lida. Apresentar a região do Alto Camaquã em termos de promoção de uma atividade econômica sustentável atinente ao modo de vida campeiro.

Porém desde 2016, a equipe do INRC passou a integrar uma ampla rede de entidades – que inclui pecuaristas, agricultores, apicultores, proprietários e/ou trabalhadores campeiros, quilombolas, universidades, instituições de pesquisa, ONGs – com o objetivo de mobilizar, informar e de resistência aos projetos de mineração no pampa¹¹. Projetos que desconsideram os efeitos de ruína de lidas que particularizam o pampa, já historicamente descrita e justamente etnografada pelo INRC.

Assim, objetivo apresentar algumas conclusões referentes ao estudo realizados na região de Bagé, por meio do trabalho etnográfico da equipe da UFPel, e refletir sobre as implicações dessas pesquisas sobre o modo de vida campeiro no Alto Camaquã. De início, um paradoxo chama atenção: ao mesmo tempo em que a região do Alto Camaquã é considerada a mais preservada do pampa, também é descrita pelo Estado e pelas empresas mineradoras como historicamente empobrecida e sem perspectiva de desenvolvimento. Tal afirmação desconsidera, contudo, que a região da Serra do Sudeste apresenta um número significativo de populações tradicionais – como pecuaristas familiares,

11 O Projeto Caçapava do Sul, empreendimento de mineração das empresas transnacionais Votorantim Metais e Iamgold Brasil, foi o início de nosso engajamento. Este “empreendimento” prevê a extração de chumbo, mas também de outros metais pesados, como cobre, zinco, ouro e prata, na região das Minas do Camaquã, distrito do município de Caçapava do Sul/RS e, em Santana da Boa Vista/RS; visa implementar a extração destes metais, a partir de três cavas a céu aberto, às margens da Bacia do Rio Camaquã, por um período de 20 anos.

indígenas, quilombolas– que foram invisibilizadas na história regional e que nos possibilitam identificar, documentar, produzir conhecimento na valorização de outras histórias.

4.2 A PRESENÇA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO PAMPA

A origem dos rebanhos sulinos, conforme Maestri (2008) decorre da introdução do gado vacum, cavalar e muar pelos jesuítas, na margem oriental do Uruguai, e pelos espanhóis, na margem setentrional do Rio da Prata. Nas estâncias jesuítas o trabalho pastoril, de manejo da reprodução natural e extensiva dos animais era feito a cavalo, visando à vigilância e o amansamento dos rebanhos em rodeios. A procriação abundante dos animais, conforme o autor, estava relacionada às condições naturais da região: riqueza de pastagens e aguadas, poucos predadores e ausência de graves epizootias haja vista a tecnologia rudimentar do manejo campeiro. A lida pastoril nas estâncias jesuítas possibilitou a indígenas missioneiros e pampianos – guaranis, tapes, minuanos e charruas – a aprenderem a monta do cavalo, tornando-os exímios e hábeis cavaleiros para a prática da caça do gado pela carne e pelo couro.

A doma do gado em campo aberto, em que os animais são caçados e juntados pelos cavaleiros em *rodeios* – locais balizados por uma estaca onde os animais descansam e são alimentados –, caracteriza o manejo tradicional missioneiro. O *fazer rodeio* consiste em uma técnica de amansar os animais, em razão da familiaridade da relação entre os animais humanos e não humanos. Busca, assim, facilitar que o gado se aquerencie pelo lugar onde são cuidados, aspecto que leva em conta o comportamento animal. *Parar rodeio*, trata de localizar o trabalho

de marcar o gado, castrar os touros, apartar os novilhos e vacas para tropear para as charqueadas, curar alguma ferida ou doença, cuidados para fins de comercialização dos rebanhos.

A excelência dos cavaleiros, também condiz com a relação estabelecida entre o peão e o cavalo. Nesse sentido, transcrevo uma passagem de Maestri (2008, p. 230) sobre as impressões de Daniel Kidder, em 1830, com relação à doma do gado selvagem, em *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*:

Os cavalos são admiravelmente ensinados para a caça ao gado selvagem e, e, quando o vaqueiro atira o laço, eles sabem exatamente o que devem fazer. Às vezes quando a rês é bravia, o cavaleiro esbarra o cavalo e salta enquanto o boi continua correndo até esticar o laço de couro cru. O cavalo vira-se e firma-se no chão para esperar o golpe que o animal em disparada há de fatalmente dar. O boi que não espera a parada repentina, esparrama-se no chão. Levantando-se novamente, atira-se contra o cavalo para chifrá-lo, mas, este, em disparada mantém a distância até que o boi, convicto de que nada poderá fazer, tenta novamente fugir e novo golpe de laço dá-lhe com os costados em terra. Assim, vencido pela fadiga, o pobre animal entrega-se inteiramente a seus captores.

Considerando o modo de vida campeiro, a presença indígena se vê registrada para além do manejo dos animais, nos objetos da lida, em hábitos alimentares, nas vestimentas: o “churrasco; as boleadeiras; o laço; o mate; o poncho; o atirador; etc foram invenções especialmente dos cavaleiros missioneiros e pampianos” (MAESTRI, 2008, p. 187).

Observam-se as mudanças na relação de caça do gado selvagem para a criação dos rebanhos e, o manejo se transforma com o cercamento das estâncias, em meados do século XIX. Tal transformação impôs barramentos para a sobrevivência dos próprios caçadores nômades. A racionalização da criação, o uso de invernadas, currais e *bretes*, transforma o gado bravo agora “acostumado com a presença humana”, ao mesmo tempo em que transforma o caçador em peão. Neste sentido, a utilização do cavalo, que proporcionou a mobilidade para os cavaleiros missioneiros e pampianos, foi o meio destes se interiorizar e de se sedentarizar, ao mesmo tempo em que foi utilizado no combate e na dizimada de populações em campanhas militares.

A presença negra nas fazendas é fortemente documentada e, conforme registros históricos e etnográficos, destinada às tarefas mais árduas e pesadas, como a abertura de valas e a construção de cercas de pedras. Na banda oriental, conforme Saint-Hilaire as pessoas pobres não faziam valas para “cercar” e proteger as suas propriedades dos perigos de animais selvagens ou de invasão pelos sujeitos em errância. Estas valas eram verificadas em grandes estâncias, onde havia cativos, a quem também cabiam os serviços domésticos. Entretanto, o desempenho destes sujeitos na lida, na região do pampa – no que pese a controvérsia histórica quanto à pouca familiaridade dos negros cativos com o uso do cavalo – é igualmente registrada. Observa-se a permanência, após a Abolição, de negros campeiros, laçadores, peleadores e domadores nas estâncias do planalto central enquanto aqueles que desempenhavam trabalhos na agricultura debandaram. E, em meados do século 20, tem-se um grande contingente de peões e capatazes afrodescendentes nas estâncias do Rio Grande do Sul. (MAESTRI, 2008, p. 225).

Nesse sentido, as memórias do Seu Mocinho, 78 anos, campeiro aposentado, vêm a corroborar e revelam o quanto as condições de trabalho nas estâncias eram muito duras. Tem experiência em muitas das atividades que compõem a lida e, de acordo com ele, *fazia o que precisava ser feito*. Era tropeiro, domador, alambrador e, mais tarde, foi tratorista. Até os seus 14 anos, aprendeu a lida com o pai que veio a falecer, depois foi *no dia a dia do serviço, com a ajuda e instruções de alguns capatazes que trabalhavam na estância*. (RIETH, KOSBY et al, 2013, v.2 – Questionário de Identificação de Macyr Recuero). Em seu depoimento relata a preferência dos estancieiros em ter negros para a execução dos serviços mais pesados e perigosos em relação aos campeiros brancos.

Da mesma forma, Leomar Alves é empregado rural nas fazendas da região, onde exerce as atividades de doma e pastoreio; também treina cães pastores para a lida. Leomar é criador de caprinos e líder comunitário no Quilombo de Palmas, localizado no Distrito que lhe dá o nome, em Bagé. A comunidade de Palmas é composta por 30 a 40 famílias ligadas por laços de parentesco em razão de matrimônio e pela ocupação da terra. A demarcação da terra quilombola foi reivindicada em 2005 pela Associação Quilombola de Palmas à Fundação Cultural Palmares. Conforme Kosby (2016), citando o Relatório Socio-Histórico e Antropológico da Comunidade de Palmas/Bagé, as famílias que constituem esta comunidade quilombola são descendentes de escravos campeiros, exímios na lida com os animais, hábeis ginetes e no tiro do laço. Sujeitos que exerciam o trabalho de changuear, de prestar serviços nas estâncias sem vínculos empregatícios ou salariais, plantando roças em lavouras alheias, como meeiros, em que o exercício do trabalho coloca a exigência de constantes deslocamentos.

Em seu depoimento, Leomar ainda ressalta que o campeiro de campo aberto, dificilmente se acostuma a *camperiar* nas Palmas, em razão dos perigos de fazer a lida à cavalo próximos à penhascos e aos

matos, pois os campos nas Palmas apresentam afloramentos rochosos e matas, situando-se na bacia hidrográfica do Rio Camaquã. Neste ambiente, a importância da utilização de cachorros na lida se sobressai. Leomar conta que, ao trabalhar em uma estância da região, juntava um rebanho de 200 reses com três cachorros e que fora substituído por dois peões, não se cumprindo a economia pretendida pelo proprietário.

No quilombo a produção de ovinos e caprinos é desenvolvida de forma comunitária, serve à produção de carne e leite para consumo e é comercializada junto às terreiras de batuque da capital do Estado. A região metropolitana de Porto Alegre é o destino da maior parte da produção de caprinos de Palmas. A criação obedece ao ciclo completo, de reprodução dos animais, cria e engorda. (RIETH, KOSBY et al, 2013; KOSBY, 2016).

Em uma perspectiva tradicional, em diferentes áreas do conhecimento, o modo de vida ligado à pecuária de corte está vinculado aos grandes criadores em extensas áreas de terra e, à figura do peão campeiro, trabalhador assalariado, que percorre errante os caminhos do pampa. Atento aqui, porém, para o debate atual em que a categoria de pecuária familiar é discutida e afirmada como presença histórica desde o século 19, na região da Campanha. A pecuária familiar é identificada pelo tamanho da área de criação, autonomia frente ao mercado e utilização prioritária de mão de obra familiar (FERNANDES e MIGUEL, 2016), em terras marginais.

Conforme Fernandes e Miguel (op. cit.) não é possível pensar a pecuária de corte somente como prática desenvolvida em grandes propriedades rurais. Estudos historiográficos mostram a presença de criadores de médio e pequeno porte, haja vista os processos históricos de fracionamento das grandes propriedades; a compra de pequenos lotes por peões campeiros que trabalham nas estâncias e que detém este saber pelo ofício; e, ainda, de pequenos agricultores que ao se estabeleceram

em áreas de pecuária, acabaram por conjugar as atividades econômicas da agricultura e da criação de gado bovino ou ovino. Outra estratégia para acesso à terra para a criação de pequenos rebanhos é o arrendamento ou ficar como agregado junto a um grande proprietário.

A propriedade do Seu Edemar, já falecido, também está localizada no Distrito de Palmas, em Bagé. Seu Edemar tinha 37,5 hectares de terras que correspondem à parte de sua herança por linha materna. Sua mãe é a detentora de toda a propriedade de 122 hectares, incluindo a porção de seu Edemar. A esposa de Edemar também é proprietária de 50 hectares na mesma localidade. Seu Edemar nasceu em Palmas e sempre trabalhou nas atividades da criação junto com seus pais. Mantinha a propriedade com o trabalho familiar e por relações de reciprocidade com os vizinhos. A mulher do seu Edemar comercializa doces e conservas que produz. (RIETH e KOSBY ET al,2013, v.2 – Questionário de Identificação de Edemar S.).

Seu Edemar criava ovinos e caprinos e também alguns poucos bovinos. Na data da entrevista, o rebanho de ovelhas contava com 138 fêmeas, o rebanho caprino estava por volta de com 200 cabras e o bovino com 160 cordeiros. Para a manutenção dos rebanhos plantava pastagens exóticas: azevém e aveia. Conforme seu Edemar, uma das formas de tratar seus rebanhos é o estabelecimento da reciprocidade entre os vizinhos, ação comum entre os produtores da região. Conforme o proprietário:

A média ... tem gente com menos quadra de campo... Tem gente que tem bem pequenininho, mora ali e trabalha de peão ou faz outras tarefas. E aqui a gente costuma se ajudar muito. Eu mesmo agora, tenho que curar duas vacas que estão lá do outro lado do arroio. Mas aí o que eu faço? Tem um rapaz que às vezes me ajuda, mas ele não tem trator. Então ou eu faço uma terrinha pra ele e coloco uma lenha pra ele, e ele me ajuda com o que ele tem que é o cavalo e uns cachorros. Então a gente usa muito a troca de serviço.

Seu Edemar salienta a importância o uso de cães pastores na criação de ovinos, mas, principalmente, de caprinos, que considera animais mais rústicos, que se embrenham no mato, onde os homens não conseguem alcançá-los. Desta forma, a relação de humanos, cavalos e cães se constitui como uma relação de aprendizagem da lida. Conforme Lima (2013; 2015), o jovem torna-se adulto por intermédio do trabalho campeiro, pois este o doma. Da mesma forma, o cavalo se torna sujeito ao aprender a lida. O campeiro/domador ensina o cavalo as habilidades que aprendeu com os outros campeiros e cavalos experientes na lida, pois pelo menos um nesta parceria deve conhecer o trabalho para poder desempenhá-lo e ensiná-lo. Aprende-se por meio da observação e prática. O campeiro deve aprender a se comunicar com o cavalo, a partir da percepção dos movimentos corporais de um ou outro. Esta parceria de trabalho também se constitui com o cachorro, que aprende certas habilidades na experiência da lida, observando os movimentos corporais dos humanos, dos cavalos e de outros cachorros.

Nesse sentido, Lima (2015) ressalta que as aprendizagens das técnicas de pastoreio se dão pela “educação da atenção”, citando Tim Ingold. Destaca-se a relação entre os entes, a partir da qual se constitui o ambiente para aprender e desenvolver certas habilidades. Um conhecimento que é incorporado pela experiência em operações de imitação e improvisação:

O peão campeiro tem que conhecer a linguagem do boi, ou seja, através da observação do movimento corporal e do berro deste, o campeiro tem que saber como agir. Quando dentro de uma mangueira o peão sabe qual o animal que é qual pode atacá-lo. O boi que *‘anda com a cabeça sempre em pé’* é o mais agitado e pode atacar. Por

consequente, *‘nunca se demonstra que está com medo do animal’*, pois se demonstrar, *até os ‘mansos te atropelam’*. (LIMA, 2015, p. 76).

Acompanhamos, na época, seu Edemar e três cachorros – dois deles da raça ovelheiro gaúcho – para juntar o rebanho de ovelhas e colocá-las em um potreiro próximo à casa para o pernoite. Fomos todos a pé. Ao chegarmos no campo onde as ovelhas estavam, seu Edemar, caminhando, se posicionou de um lado do rebanho. Em seguida, os cachorros, latindo, correram para cobrir o flanco aberto, do outro lado. Os cachorros latiam para o rebanho e corriam na volta, a fim de encaminhar as ovelhas para a direção da porteira. Seu Edemar não dava qualquer comando para os cães, somente se posicionava em uma direção para tão logo os cachorros cobrirem o lado oposto. O latido dos cachorros assustava as ovelhas que se aglomeravam em blocos. Juntas faziam muito barulho, mas se deslocavam na direção pretendida. Quando uma ou outra se desgarrava, os cachorros prontamente corriam na volta do animal, latindo, reconduzindo-o para junto do rebanho. Seu Edemar faz o trabalho de pastoreio das ovelhas, deslocando-as nos potreiros conforme a pastagem e as recolhendo para o pernoite, auxiliado somente pelos três cachorros. Cumprido o trabalho, pois o sol já estava se pondo, os cachorros acompanharam seu Edemar até a casa. As cabras são criadas em campo mais distante, próximo ao mato e aos perais, pois são animais mais rústicos, segundo ele. Nesta criação, a utilização do cachorro na atividade do pastoreio é fundamental, pois eles têm acesso ao mato, onde o cavalo e os humanos não entram.

Desta feita, ao atentar-se para a presença e contribuição das populações tradicionais para a lida campeira e considerando a ressonância do processo de patrimonialização novas possibilidades de viver este modo de vida são acionadas. Modos de vida que se particulariza ao se inventar na relação entre animais humanos e animais não humanos e o ambiente.

4.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS: A CULTURA COMO PATRIMÔNIO

Ao questionarmos o engenheiro responsável por representar a empresa Votorantim – na audiência pública realizada pelo Ministério Público Estadual em Bagé – sobre a patrimonialização de um modo de vida que certamente estará sob risco, recebemos como resposta que este fato apenas se constitui em problema quando as lidas campeiras forem *registradas* como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. E, no caso, há de considerar a área do Inventário.

Na resposta, vislumbramos as ambiguidades do Estado brasileiro, que busca valorizar as culturas como patrimônio, no sentido de dar visibilidade a uma Nação culturalmente diversa e multiétnica, ao mesmo tempo que busca implementar projetos de mineração alegando o desenvolvimento de uma região historicamente empobrecida. Nessas audiências públicas em que as comunidades manifestaram seu descontentamento com o empreendimento da mineração –com exceção da cidade de Caçapava do Sul – ficou evidente o quanto este projeto tem o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, o processo de patrimonialização da lida nos campos lisos e sua extensão para os campos de pedra está sendo apropriados pelas comunidades envolvidas, como forma de reconhecer e valorizar esses modos de vida. Assume, assim, dimensão política ao figurar também como mobilização contrária aos projetos de mineração no pampa, em que se observa a defesa de um território de existência constituído pela história, pelas memórias e experiências dos sujeitos que demarcaram seu pertencimento ao lugar e no empenho nesta mobilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, V.; MIGUEL, L. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUILL, P.; MATTE, A.; NESKE, M.; BORBA, M. F. (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 41-64

GONÇALVES, J. R. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.23, p. 15-36, 2004.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.

KOSBY, M. F. A presença viva da Comunidade Quilombola de Palmas, em Bagé/RS. Texto para subsídio para a discussão dos impactos da atividade mineradora sobre as populações tradicionais, 2016.

LEAL, O. Do etnografado ao etnografável: o “sul” como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 7, p.201-214, 1997.

LIMA, D. V. **O campeiro e o cavalo na doma**: um estudo etnográfico sobre a relação entre humanos e animais no pampa Sul-Rio-Grandense.2012. 46f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

LIMA, D. V. **“Cada doma é um livro”**: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

MAESTRI, M. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, M. (Org.). **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no RGS, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.p.169-271.

PEREIRA, F.;RIETH, F.; KOSBY, M. F. Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS. In: BEVILAQUA, C.; VELDEN, F. (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba, São Carlos: EdUFPR, EdUFSCar, 2016, p. 189-206.

RIETH, F.; KOSBY, M. F. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS**. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAQUIL, P. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

